

Revista Brasileira de **Estudos Políticos**

107

JULHO / DEZEMBRO DE 2013

ON EUROPEAN LEGAL CULTURES

Antal Visegrády

AUSTIN, HART E SHAPIRO: TRÊS CONCEPÇÕES SOBRE O DIREITO COMO ENTIDADE FUNDADA EM UM PRÁTICA SOCIAL

Carlos Bernal Pulido

STATO ECONOMICO D'ECCEZIONE E TEORIA DELLA GOVERNANCE: OVVERO LA FINE DELLA POLITICA

Giovanni Messina

O USO DA FORÇA NO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Jorge Bacelar Gouveia

EL CRACK DEL AÑO OCHO: UN POSTFACIO

Juan-Ramón Capella e Miguel Ángel Llorente

O ESTADO LAICO E A LIBERDADE RELIGIOSA NA EXPERIÊNCIA CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Alexandre Walmott Borges e Rubens Valtecídes Alves

PARA QUE SERVE A DUPLA AVALIAÇÃO CEGA POR PARES? PODER ESTATAL E AUTORREGULAÇÃO NA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

José Rodrigo Rodríguez

A ORIGINALIDADE DA COMPREENSÃO DE LEI NA GRÉCIA ANTIGA

Marcelo Maciel Ramos

A CONGENIALIDADE FRATERNA: PRESSUPOSTO DA COMUNICAÇÃO COMO JUSTIÇA

Maria Helena Damasceno e Silva Megale

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA FACULDADE DE DIREITO

BELO HORIZONTE

*

MINAS GERAIS

*

BRASIL

Sumário

<i>Editorial</i>	9
<i>Artigos internacionais</i>	
On European legal cultures Antal Visegrády	13
Austin, Hart e Shapiro: três concepções sobre o direito como entidade fundada em um prática social Carlos Bernal Pulido.....	43
Stato economico d'eccezione e teoria della <i>governance</i> : ovvero la fine della politica Giovanni Messina	99
O uso da força no Direito Internacional Público Jorge Bacelar Gouveia	149
El crack del año ocho: un postfacio Juan-Ramón Capella Miguel Ángel Llorente.....	201
<i>Artigos nacionais</i>	
O Estado laico e a liberdade religiosa na experiência constitucional brasileira Alexandre Walmott Borges Rubens Valtecídes Alves.....	227

Para que serve a dupla avaliação cega por pares? Poder estatal e autorregulação na avaliação dos Programas de Pós-Graduação

José Rodrigo Rodriguez 267

A originalidade da compreensão de lei na Grécia antiga

Marcelo Maciel Ramos 295

A congenialidade fraterna: pressuposto da comunicação como justiça

Maria Helena Damasceno e Silva Megale 331

Normas para os colaboradores 355